

40º Encontro da ANPOCS – 2016
(Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais)

SPG08 Diários de campo digitais: relatos de pesquisa etnográfica na/da Internet
Coordenadora Geral: Debora Krischke Leitão (UFSM)

**“PORNOGRAFIA DE VINGANÇA”: PENSANDO O TRABALHO DE CAMPO
NA E COM A INTERNET**

Beatriz Accioly Lins – PPGAS/USP

“PORNOGRAFIA DE VINGANÇA”: PENSANDO O TRABALHO DE CAMPO NA E COM A INTERNET

Beatriz Accioly Lins
Doutoranda Antropologia Social
PPGAS/USP
bia.accioly.lins@gmail.com

Resumo

Devido aos avanços técnicos disponibilizados pelas tecnologias de informação, estamos diante de mudanças na forma que interagimos uns com os outros e com as mídias. De diferentes maneiras, é na e por causa da internet que a “pornografia de vingança” toma vida. São em espaços de sociabilidade virtuais – blogs, redes sociais, páginas –, que circulam, concomitantemente, tanto os produtos da divulgação não autorizada e maldosa de conteúdos íntimos, quanto as decorrentes condenações e perseguições às mulheres envolvidas, permitindo a manutenção e proliferação de diferentes formas classificatórias de violência contra as mulheres. Parte atuante de uma “esfera pública ampliada” (Ramos, 2013), a internet é um espaço de múltiplas disputas, que comporta posições contrárias, ambíguas, contrastantes e em embate. Proponho que a internet seja simultaneamente sujeito e campo de observação a partir da reflexão sobre as discussões acerca da “pornografia de vingança”: divulgação indevida divulgação indevida, geralmente através da internet, de conteúdos íntimos contendo nudez e/ou sexo – vem sendo mobilizada por militantes feministas, em notícias veiculadas pela mídia e em iniciativas legislativas.

Introdução

O aumento do acesso à internet nos últimos anos, juntamente com o advento da chamada “Web 2.0” (Paasonen, 2010), que permitiu aos usuários/as atuar, também, como produtor de conteúdo, gerando o aumento substancial de materiais amadores, como textos, vídeos, redes e mídias sociais, aliados à proliferação de dispositivos móveis conectados à internet trazem mudanças significativas nas possibilidades de relações, trocas, subjetivação e interações sociais no presente¹.

Há muitas especulações sobre as propriedades inerentes à internet e seus desdobramentos mais recentes. Com a quantidade de informações disponíveis online, criadas ou não por nós mesmos, estaríamos nós perdendo o direito à privacidade? As redes sociais, e suas janelas para detalhes cotidianos, opiniões e informações pessoais, criam mais possibilidades para emancipação política ou para a repressão? A possibilidade de produzir conteúdo e o tornar público afeta a forma pela qual interagimos com a mídia e as informações produzidas por

¹ É indispensável ter em vista que as novas mídias digitais, assim como a internet, não inovaram por completo as relações humanas. Como salienta Miskolci (2011), “potencializam e transformam meios anteriores de comunicação, os quais, por sua vez, já foram inovadores e causaram grandes mudanças sociais e subjetivas”.

ela? De que maneira as interações via telas afetaria a sociabilidade face a face? Numerosas são as preocupações e os posicionamentos.

Nesse paper, que talvez mais se assemelhe a um tímido ensaio sobre inquietações, me proponho a rascunhar algumas ideias e aflições teóricas, metodológicas e analíticas sobre pesquisar, dentro das ciências sociais, um tema tão encravado nesse cenário de novas possibilidades comunicacionais e interacionais das novas mídias digitais. Busco trazer algumas reflexões sobre especificidades, curiosidades e desafios do trabalho de campo realizado majoritariamente *na* e *com* internet.

De diferentes maneiras, é na e por causa da internet que a “pornografia de vingança” toma vida. São em espaços de sociabilidade virtuais – blogs, redes sociais, páginas –, que circulam, concomitantemente, tanto os produtos da divulgação não autorizada e maldosa de conteúdos íntimos, quanto as decorrentes condenações e perseguições às mulheres envolvidas, permitindo a manutenção e proliferação de diferentes formatos de violência contra as mulheres.

Parte atuante de uma “esfera pública ampliada” (Ramos, 2013), a internet é um espaço de múltiplas disputas, que comporta posições contrárias, ambíguas, contrastantes e em embate. Proponho, aqui, que a internet seja simultaneamente sujeito e campo de observação a partir da reflexão sobre as discussões acerca da “pornografia de vingança”: divulgação indevida divulgação indevida, geralmente através da internet, de conteúdos íntimos contendo nudez e/ou sexo – vem sendo mobilizada por militantes feministas, em notícias veiculadas pela mídia e em iniciativas legislativas.

Sobre *nudes*, *curtidas* e pesquisa antropológica

Naquela terça-feira iniciei o dia como de praxe nos últimos anos marcados pelo uso intensificado de aplicativos móveis conectados à internet: antes mesmo de me levantar e realizar tarefas diárias, liguei o celular e me conectei ao Facebook², rede social que conecta usuários, empresas, meios de comunicação. Em minha *timeline*, uma série de fotografias de conhecidos, comentários sobre cotidiano e política, memes humorísticos e compartilhamento de notícias.

² Lançado em 2004, se estima que atualmente *o Facebook* seja a rede social mais popular do planeta, com cerca de 1.71 bilhões de usuários ativos, em números de junho de 2016. Disponível em: <http://newsroom.fb.com/company-info/> (Acesso em 26.09.2016)

Alternando minhas interações pessoais com amigos e conhecidos com um olhar parcialmente atento para notícias que dialoguem com meu atual interesse de pesquisa – a saber, a divulgação sem consentimento de conteúdos íntimos, eróticos e/ou pessoais e de que maneiras normativas e percepções de gênero (Butler, 1990; 1993) e sexualidade (Rubin, 1985) são mobilizadas em nesses contextos –, passeava pelos conteúdos “amigos” com a displicência peculiar de alguém que entra no *Facebook* diversas vezes por dia. De repente, fui fisgada pelo *compartilhamento* de uma determinada notícia. Relativamente antiga em tempos de internet, posto que teria acontecido cerca de dez meses antes de “aparecer” para mim, a matéria se referia a uma “polêmica” envolvendo o envio de *nudes* como tática para incentivar o emagrecimento de mulheres.

Em uma página online de uma grande revista de circulação nacional sobre entretenimento, uma jornalista trazia à tona o furor causado pela fala de uma conhecida “blogueira fitness com milhões de seguidores nas redes sociais”, Gabriela Pugliesi. Segundo a matéria³, Gabriela incentiva suas *seguidoras*, em um de seus vídeos publicados na rede social Snapchat (aplicativo de vídeos curtos), a uma técnica infalível para perder peso:

Eu estava muito desleixada na dieta, comendo muita besteira no final de semana, e eu não quero mais. E pra mim essas coisas funcionam meio à base da promessa. Falei: O que eu vou prometer para ficar focada na dieta sem furar? Vou mandar nudes pra minha amiga. Se eu sair da dieta ela vai jogar nas redes os nudes. Ou seja, não posso sair da dieta e ela tem meus nudes. Olha que mara? E tem que ser nude mesmo, não me vem tampando o bico. Tem que ser foto tensa que você nunca quer que a amiga coloque na rede. Saiu, f*. Por que aí você nunca vai sair da dieta. Pra quem precisa de uma coisa mais drásticas, taí, combina com isso com a best.

A sugestão de Pugliesi, que mulheres enviassem *nudes* – fotos de seus corpos nus – para amigas com o intuito de gerar vergonha e medo de que essas imagens fossem compartilhadas e mostrassem um corpo que não está de acordo com determinadas expectativas estéticas, foi seguida por uma enxurrada de notícias e comentários críticos das mais diversas naturezas: de ativistas feministas, nutricionistas e usuários da rede em

³ Disponível em: <http://revistaquem.globo.com/QUEM-News/noticia/2015/11/gabriela-pugliesi-causa-polemica-com-dica-para-se-manter-na-dieta-mandei-nudes.html> (Acesso em 25/09/2016)

geral. Em um determinado momento, um grupo denominado “Não sou exposição”, que em sua página no *Facebook* se apresenta como uma “consultoria com foco em corpo, feminilidade e autoestima”, fez o seguinte *post* atentando para o potencial violento do uso de imagens íntimas na internet:

Não mandem nudes para depois sofrerem a humilhação de serem expostas. O que publicamos na rede, não volta mais. Não fundamente a sua alimentação apenas no aspecto físico. É mais importante de tudo, não seja uma louca, que nem a cidadã que está propondo a ideia. NÃO, Gabriela!!

Alheio a mim e, aparentemente, a parte de meu círculo de contatos no *Facebook*, o quiproquó do vídeo mobilizou diversas pessoas em redes sociais, sites de notícias e grupos de militância a respeito de questões referentes a mulheres, relação com o corpo, saúde e a exposição vexatória na internet. Com alguns meses de atraso, me inteirei da discussão. Por considerar a fala de Pugliesi problemática, *compartilhei* a notícia entre meus contatos no *Facebook* demonstrando certo ultraje.

Alguns minutos depois, notei que um de meus contatos específicos havia *curtido* meu *post*. M. discretamente se furtou de fazer comentários, mas se manifestou apoiando minhas frases críticas à postura de Pugliesi. A curtida de M. foi mais significativa para mim do que as demais trinta e cinco vindas de outras pessoas de meu círculo virtual-social. M. não é uma amiga ou conhecida. Ela não faz parte de meu convívio e jamais havia curtido algum conteúdo gerado ou comentado por mim. M. foi uma jovem mulher com quem, alguns dias antes, eu havia realizado uma entrevista sobre uma situação de exposição na internet que ela própria havia sofrido.

M. era uma vítima do que muitos chamam de “pornografia de vingança”⁴, termo frequentemente utilizado para se referir à exposição sem consentimento de conteúdos

⁴ Adotei a categoria êmica, uma vez que o termo é utilizado por militantes feministas, jornalistas e até em iniciativas legislativas em trâmite no Congresso Nacional como forma de enfatizar o caráter de violência contra mulheres destas práticas. Isso não significa que a categoria não esteja imersa em diversas disputas classificatórias. Ao longo das reflexões trazidas pela pesquisa, já alterei diversas vezes a definição de “pornografia de vingança” que utilizo e me questiono sobre a validade do termo. Aparentemente uma tradução do inglês, “revenge porn”, o termo costuma chamara a tenção para situações em que ex-namorados ou ex-companheiros divulgam imagens ou vídeos contendo nudez ou sexo com o intuito de ofender suas ex-parceiras, insultando sua moralidade sexual. Em minha experiência, acompanhei situações em que os materiais divulgados não possuem, em si, conteúdo pornográfico ou íntimo, sendo os significados depreendidos relacionados não somente aos conteúdos, mas o contexto no qual eles são utilizados. Exposições online podem envolver fotos de pessoas de biquínis, dormindo a até mesmo certos diálogos, trazendo problematizações para a categoria “pornografia”. Em relação à “vingança”, nem sempre é possível

íntimos e/ou sexuais de mulheres na internet. Com o objetivo chamar a atenção de legisladores, autoridades e da população para a prática, que visaria danificar a imagem e a moral da pessoa exposta, em especial de mulheres. Ela havia chegado a mim pela indicação de uma conhecida em comum, que ao ouvir a história de M., sugeriu que ela entrasse em contato comigo para que eu pudesse esclarecer algumas dúvidas e quem sabe ajudá-la.

Durante meses, conversei com M. virtualmente através de vários dispositivos online. Fiquei sabendo um pouco de sua história de exposição, sugeri o contato com algumas advogadas militantes que conheço e perguntei se, após algum tempo, ela aceitaria bater um papo informal sobre o acontecido. Em se tratando de questões de violência, tenho me havido com um enorme constrangimento no momento de pedir entrevistas ou conversas. Também é difícil, uma vez que boa parte desses ocorridos não chegam a espaços do sistema de justiça, acessar as mulheres que tenham passado por essa situação. M. generosamente aceitou.

Assim, via uma intrincada rede de pessoas, dispositivos e ocorridos, conheci M. alguns dias antes de tomar conhecimento do caso Pugliesi. Sentamos para um café, que sequer tomamos, e conversamos por horas sobre, para minha surpresa, não somente o ocorrido pelo *vazamento* de suas fotos íntimas, compartilhadas e tiradas sem seu consentimento, mas sobre diversas situações de violência ou ambiguidades – na opinião de M. – pelas quais havia passado ao longo de seus vinte e poucos anos de vida.

Conversar com M. me afetou profundamente. Ouvir seus relatos de situações de violência na universidade, com namorados, o medo da reação dos pais, o silêncio e a vergonha em relação ao ocorrido, a dificuldade de encontrar possibilidades de ação e reação contra o rapaz que a havia exposto me fez pensar em diversas situações que venho acompanhando a partir de notícias, relatos na internet, projetos de lei no Congresso e textos escritos por *blogueiras* que se identificam como feministas.

Me afetou também o fato de agora estarmos interligadas pela internet. Somos “amigas” no *Facebook*. Quaisquer comentários que façamos sobre nossas vidas pessoais, dentro de nossas configurações de privacidade, são disponíveis uma para a outra. Acompanho em sua *timeline* foto de viagens com o namorado, almoços em família, abraços com bichos de estimação. O bate-papo se alongou para além daquelas horas no

afirmar que a divulgação de tais conteúdos está associada somente ao intuito de condenações vexatórias coletivas. Tais disputas classificatórias serão utilizadas para reflexão em outro momento da pesquisa. Para saber mais, consultar Valente et all (2015).

café, mesmo que mediado pela rede social e entrecortado por complexas lógicas de algoritmos matemáticos. Tenho acesso a diversas informações sobre sua vida, seus gostos e o que ela decide tornar visível. E, tão importante quanto, vice-versa.

Facebook, Twitter, Whatsapp, blogs e sites fazem parte do meu dia a dia na pesquisa como instrumento pelo qual busco conteúdos acerca do tema da exposição online sem consentimento. Me permitem ter acesso a notícias, posicionamentos, vídeos, comentários, assim como a informações cotidianas sobre meus interlocutores de pesquisa. Assim como M., tenho em minhas redes de contatos, e interajo constantemente, com advogadas especializadas em direito digital, militantes feministas, pesquisadores/as de temas correlatos e algumas de minhas entrevistadas.

Antes que eu pudesse me antecipar e criar, como alguns pesquisadores, um perfil específico para a condução da pesquisa, me vi enredada no meio do campo. Tal configuração traz questionamentos para minha prática antropológica. Onde começa e termina o “trabalho de campo”? De que forma posso me valer de conteúdos postados ou mesmo saber distinguir de que forma eles influenciam minhas possibilidades analíticas? Se não fosse a internet, seria eu capaz de encontrar essas determinadas pessoas e interagir com elas?

É pela internet que realizo parte significativa da pesquisa e tenho acesso a diversas informações sobre o tema que persigo. Está posto o paradoxo: *é pela e na* internet que se perpetuam as violências que estudo e combato; *é pela e na* internet que me conecto a pessoas que combatem e/ou passaram por essa violência. Tais tecnologias se tornaram também objeto das minhas reflexões e um espaço que traz diversos questionamentos éticos, teóricos e metodológicos sobre como trabalhar com antropologia e internet, sendo esta sujeito e campo de pesquisa.

Internet: Linguagem e Forma

Segundo a máxima postulada por Malinowski (1922) no quase eterno guia introdutório ao trabalho de campo: um dos primeiros desafios do pesquisador é aprender a língua nativa. Pensar e escrever sobre internet e redes sociais envolve uma série de termos, gírias, anglicismos e neologismos utilizados pelos usuários da rede, mas que não se restringem a ela. *Nudes, postar, compartilhar, hater, snap, zap, cair na rede, viralizar,*

même, seguidor, vazar, selfie, blog, youtuber, curtir, post, print, block, sexting dizem respeito a formas de pensar afetos, desejos, interações e violências que embora não se limitem à internet rede, são intrinsecamente associados a ela.

Optei, no texto, por manter em itálico termos que se referem mais especificamente a essas sociabilidades presentes nesse novo cenário sociotécnico em que relações sociais são atravessadas pelas chamadas NTICs (Novas Tecnologias de Informação e Comunicação) e pelas possibilidades de trocas e criação de conteúdo em uma velocidade inédita. Esse léxico, contudo, está em constante transformação e proliferação, é polissêmico e pode desaparecer com alguma facilidade.

Tomemos, como exemplo, o termo *vazou*. Em tempos de internet, *vazar* é verbo intransitivo. Emaranhado em novos significados, muitas vezes perversos, o termo é utilizado em nosso vocabulário com sujeito oculto: *caiu na internet, se espalhou, viralizou. Vazou, no passado. Consumado.*

Circulando por entre diferentes usuários, os termos ganham sentido a partir de intersecções de gerações, classe, gênero, origem regional⁵. Parto de uma posição interna nesse cenário, uma vez que sou, também, usuária e adepta de parte desse repertório. Pode vir daí um dos primeiros grandes desafios na pesquisa com a internet. Pela familiaridade do instrumento, a propensão a generalizar ou tomar como obvies, gerais, consensuais e absolutos os usos e termos *da* e *na* internet é grande. Contudo, a internet é múltipla e afeta pessoas e grupos de diferentes formas a partir de suas posições contextuais. Cabe ao antropólogo descortinar essas nuances.

Reconheço que ambientes virtuais não deixam de ser espacialidades relativamente tangíveis que trazem questões para o “fazer etnográfico”. É preciso dizer, contudo, que não entendo a internet como apartada do mundo não virtual. Em se tratando de situações de exposição íntima online, a não dissociabilidade da vida “real” da “vida na internet” é violentamente materializável. Em segundos, mulheres e meninas têm suas vidas, intimidades, privacidade, moral e valor questionados publicamente, dentro e fora da rede, com consequências duras e, por vezes, trágicas.

Tento me afastar, assim, de formulações binárias entre o virtual e o real como ponto de partida metodológico e analítico, pensando a internet como um espaço de sociabilidade, interação e disputas simbólicas que não estaria apartado daquilo que

⁵ A prática de enviar nudes como forma de flerte e outras possibilidades de comunicação, não necessariamente pensadas em termos de exposição vexatória, é apresentada no trabalho de Petrosillo (2016).

acontece fora da rede. Seguindo as sugestões de Miller & Slater (2004) de que seria necessário construir etnograficamente as múltiplas relações entre “on-line” e “off-line”, entendo que as fronteiras entre o real e o virtual são contingentes, uma vez que, longe de serem esferas isoladas e autônomas, o “on-line” e o “off-line” estariam imersos em relações de continuidade, nos termos de Beleli (2015) em um “continuum on/offline”. A internet não tem significado em si, é somente a partir dos diversos usos que damos a ela que ela se investe de suas propriedades.

On/off-line não são fronteiras, mas escalas que aceleram o tempo e ampliam espaços e alcances. O antropólogo britânico Daniel Miller (University College London), em seu projeto “Why we post: a global perspective on social media”⁶ salienta que devemos prestar atenção nas mídias sociais não somente em sua forma e conteúdo (pois assim como surgem, desaparecem com muita velocidade), mas em sua possibilidade de escala e alcance.

Perseguir de que formas as tais NTICs também influenciam, ampliam e limitam interações sociais e possibilidades metodológicas passou a ser uma de minhas maiores reflexões durante a pesquisa. Me inspirando em outros trabalhos que utilizaram a internet como campo e sujeito de pesquisa (Pelússio, 2012; Ramos, 2013; Beleli, 2015) comecei a me lançar ao desafio de pensar sobre as especificidades da pesquisa antropológica feita *na e com* a rede.

A internet, em seus mais diversos usos sociais, tem significados contraditórios e, por vezes, diametricamente opostos na vida de seus usuários e até para quem está “fora” da rede. Ela facilita novas liberdades de expressão, relações, alcances e construções de subjetividades, ao mesmo tempo que possibilita novas formas de controle e violência. Seja para escrever um texto que atinja pessoas fora de seu círculo pessoal, gravar vídeos que comovam e inspirem desconhecidos, expor a moralidade e intimidade de pessoas ou

⁶ “Why we post” é um projeto antropológico de pesquisa “global” sobre os usos e as consequências das mídias sociais a partir do trabalho de nove antropólogos. Miller sugere que se utilize a expressão “mídias sociais” para se referir a redes sociais, como o *Facebook* e o *Twitter*. Segundo o autor, não existe uso correto ou universal de “mídia social”, mas seria necessário distingu-las de outras mídias digitais, como o e-mail, e pensa-las não em suas formas e conteúdos, mas como plataformas usadas para diferentes fins (o *Twitter*, por exemplo, pode ser utilizado por jovens para fazer *bullying*, ao passo que adultos podem utilizá-lo para se informar). Miller entende “mídias sociais” como tecnologias que permitem “sociabilidades escalonáveis”, permitindo que seus usuários transitem por diferentes escalas de comunicação. A abordagem de Miller, contudo, não se aprofunda acerca da impossibilidade de controlar essas escalas, algo diretamente associado a situações de exposição vexatórias. Quando algo que é produzido e compartilhado em um determinado contexto de confiança é colocado em outro uso, ele pode ganhar novos significados, vide as repercussões violentas de *nudes* trocados com consentimento.

até mesmo para realizar pesquisas antropológicas, a internet pode ser utilizada para diferentes propósitos, mostrando que seu significado, mais do que em seus conteúdos e formas, está nas intenções que mobilizam seus usos. Servindo para reafirmar convenções e normas sociais, ela pode também tensioná-las e, por vezes, subvertê-las.

Sobre a aflição antropológica: pesquisando (n)a internet

Boa parte dessa pesquisa se dá a partir de uma etnografia feita *na* internet (notícias, posts, repercussões, campanhas, interações em rede sociais) e *sobre* a internet. Assim como teoricamente online e off-line não são mundos apartados, metodologicamente a pesquisa também envolve acompanhar presencialmente eventos, debates e palestras sobre o tema em diferentes aspectos (jurídico, tecnológico, político), apresentações de trabalhos acadêmicos, manifestações, e a realização de entrevistas com profissionais, militantes e mulheres que passaram por situação de exposição na internet.

Ao iniciar o trabalho, optar por realizar uma etnografia *na* e *da* internet não foi evidente e me assustou enquanto antropóloga. Não seria fácil perder o encontro de subjetividades presente na etnografia feita “pessoalmente”? Como trabalhar majoritariamente com textos e alguns sem autoria? Confesso também que senti certo medo de não estar fazendo de fato um trabalho antropológico de fato, mas aos poucos percebi estar refém de uma leitura que reduzia a antropologia à etnografia pensada em termos de deslocamentos geográficos e de interações “de carne e osso” com os interlocutores.

Me acalantava a clássica afirmação de Hine (2001) de que pesquisas virtuais comportariam a interação dialógica e intersubjetiva característica do “encontro etnográfico”, sendo espécies de “viagens experienciais”, que envolveriam intercâmbios específicos de experiências e sentidos através de textos e imagens.

De forma curiosa, aos poucos, foi não foi pela ausência, mas pela demasia de materiais que se tornou uma questão. Foi justamente a quantidade desses textos e imagens, como “lê-los”, armazená-los, classificá-los, apresentá-los e organizá-los se tornou uma de minhas maiores preocupações metodológicas. Se antes parecia trazer falta de material, a etnografia *na* e *sobre* a internet trouxe, pelo contrário, uma quantidade inesperada de *prints*, diálogos, notícias, posts, comentários.

Repensando e reelaborando a seção metodológica de meu projeto de pesquisa, algumas reformulações foram centrais para minha reflexão. A primeira delas diz respeito

ao desafio de como operacionalizar o “velho e bom caderno de campo” (Magnani, 2007) em uma pesquisa que tem como sujeito principalmente a internet.

Pesquisas conduzidas majoritariamente em ambientes virtuais, embora não incompatíveis com a prática etnográfica, trazem especificidades que devem ser contempladas em sua formulação teórico-metodológica. Cabe ao pesquisador, entretanto, explorar as particularidades, possibilidades e limitações de cada elemento a partir das relações de continuidade entre essas duas esferas. Nesse sentido, uma etnografia virtual, dependendo do estatuto epistemológico dado à discussão, se torna também sujeito da pesquisa, promovendo a possibilidade de uma meta-antropologia.

Então, muito bem. Ao me deparar com a miríade interminável de notícias, textos, comentários, movimentações parlamentares, tive que repensar, do ponto de vista empírico e pragmático, em como elaborar um “caderno de campo virtual”, como uma jornada entre a experiência acadêmica e o trabalho de campo a partir de um *espaço suis generis*, e em como recortar e selecionar melhor meu registros-interlocutores.

Como a internet, meu “caderno de campo virtual” é um emaranhado confuso de continuidades on/offline. Aparentemente banal, chegar a seu formato tem sido uma tarefa tortuosa e, muitas vezes, labiríntica. Observações e reflexões entrecortadas por arquivos contendo *pdf* de notícias⁷, citações de textos acadêmicos, *prints* de interações em redes sociais, entrevistas gravadas em extensões digitais, papéis soltos com impressões sobre mesas de discussão, debates, resenhas de livros e textos, um e-mail específico para armazenar esses materiais online (na *cloud*), pastas que tentam organizar temporalmente o percurso caminhado, projetos de lei, análises jurídicas internacionais e comparativas, rabiscos nas margens de artigos e falas produzidas em contextos de militância ou que me apresentam como “especialista”⁸ no assunto e insights eventuais.

⁷ Em um determinado momento da pesquisa, dividi com colegas de pós-graduação a dificuldade de “capturar” processos em movimento e a(s) temporalidade(s) e o volume de registros da internet. “Por que você não utiliza a opção ‘salvar como pdf’ ao clicar em imprimir no canto direito da página?”. A simples e aparentemente banal sugestão de outro pesquisador mudou a forma pela qual passei a organizar alguns dos materiais de campo.

⁸ Devido à repercussão de minha dissertação de mestrado sobre a Lei Maria da Penha e a minha proximidade de profissionais de justiça e militantes feministas, desde o início da pesquisa de doutorado, fui chamada a fazer falas sobre violência, gênero e internet, ganhando o epíteto de “especialista” na medida em que ainda iniciava minhas primeiras reflexões sobre o tema. Em diversas situações, saliento o caráter processual de minhas impressões e o caráter antropológico do trabalho, que embora não seja contraditório em relação a posicionamentos políticos, exige que eu me avenha com discussões próprias da disciplina. Invariavelmente, sou tratada como alguém que pode resolver situações de conflito e violência oriundas da exposição online, e me vejo tendo que pragmatizar algumas reflexões e não respondendo a certas demandas.

Tentando encontrar um formato para organizar a pesquisa, passei a refletir ainda mais sobre a antropologia e seus métodos, técnicas e teorias. Conteúdo e forma são indissociáveis em todas as etapas de meu trajeto, despertando aflições e inseguranças, assim como mergulhos no fazer etnográfico.

Completamente diferente da experiência etnográfica conduzida durante meu mestrado (Lins, 2014), que envolveu o trabalho de campo durante quinze meses em duas Delegacias de Defesa da Mulher da cidade de São Paulo, e cujos relatos de campo são – assim como as delegacias – materializáveis em cinco cadernos de couro preto, a pesquisa *na e com a internet* não tem limites ou fronteiras discerníveis. Um mosaico pulverizado é o que tenho que procurar, organizar, sistematizar e, algo que por hora me parece quase impossível, organizar.

Posso passar todas as horas dos meus dias acumulando materiais e interagindo com meus mais diferentes interlocutores em situações cotidianas da minha, durante reuniões de família, viagens e momentos de lazer. Oscilo entre a impressão de que ora pesquiso demais, ora pesquiso de menos. Essa dispersão espacial e temporal dá forma também ao meu caderno de campo: enorme, complexo, diverso, fluído, entrecortado e cheio de lacunas. Não conseguir separar o que entendo como “vida pessoal” da pesquisa é uma inquietação que carrego comigo e que, embora não seja novidade na pesquisa antropológica, ganha novos contornos em tempos de internet e redes sociais.

Eventualmente, achei consolo na leitura de Ingold (2008) e de sua argumentação de que a antropologia não se resume à etnografia. A antropologia é um trabalho artesanal, mais do que um método ou um protocolo, mas um deslocamento epistemológico. Sáez (2013) argumenta que método, teoria e técnica se articulam indissociavelmente na antropologia. Elas existem em articulação, embora não se tratem da mesma coisa. Método, na antropologia, não é lista de procedimentos e a relação entre estas três categorias se dá de forma dialética: uma informando, tensionando e modificando a outra. E reconheço que a antropologia tem como norte mapear a diversidade ontológica do mundo, dar inteligibilidade às diferenças, chegando a “quase verdades” ou “verdades parciais” que permitam diálogo, trocas e interações.

Hoje, minhas inseguranças iniciais me parecem por vezes ingênuas por vezes perpétuas. Sigo no caminho das reflexões e inquietações. No entanto, uma vez que nas últimas décadas do século XX, uma série de transformações sociais e econômicas incidiram profundamente nas formas pelas quais as pessoas constroem relações, subjetividades e lidam com a intimidade, entendida como uma negociação transacional

de vínculos pessoais (Giddens, 1993). Por que o “fazer antropológico” passaria incólume a tais mudanças?

Perguntas, mais perguntas

Hoje, no atual estágio da pesquisa, tenho ainda mais perguntas e aflições do que conclusões do que formulei no desenho do projeto. O que fazer com esse emaranhado de relações que transitam por diferentes espaços gerando intimidades, aproximações e ilusões sobre sujeitos e relações entre eu e alguns de meus interlocutores?

Como dar conta da multiplicidade de conteúdos existentes sobre o tema, realizando recortes a fim de organizá-los de maneira inteligível e com potencialidade analítica? De que forma criar, pensar, organizar e trabalhar com meu “caderno de campo virtual”? Como fazer uma pesquisa na internet e da internet sem cair nos pormenores das formas dos aplicativos e instrumentos hoje disponíveis, realizando uma análise mais ampla de relações e significados? Como pensar meu próprio papel como sujeito nas interações com textos e pessoas? Como refletir sobre meus próprios processos de construção de “eu virtual”, espécie de “versão computacional” (Illouz, 2011) de quem sou e que interpela sujeitos de pesquisa? Como lidar com a aparente imagem de solucionadora de violências/especialista que adquiri ao longo do processo da pesquisa e me reportar a mulheres que me procuram em busca de resoluções para situações de violações de direitos? Essas são apenas algumas das inquietações que a pesquisa na e sobre a internet têm me suscitado e para as quais busco senão respostas, problematizações.

Referências bibliográficas

BELELI, Iara. “O imperativo das imagens: construção de afinidades nas mídias digitais”. **Cadernos Pagu**. 2015, n.44, pp. 91-114.

BUTLER, Judith. **Gender Trouble**. New York: Routledge, 1990.

_____. **Bodies that matter: On the discursive limits of "sex"**. New York: Routledge, 1993.

GIDDENS, Anthony. **A transformação da Intimidade. Sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas**. São Paulo: Editora Unesp, 1993.

HINE, Christine. **Virtual Ethnography**. Londres: Sage Publications, 2001.

INGOLD, Tim. “Anthropology is not ethnography”, Proceedings of the British Academy, 154: 69-92. Disponível em: <http://proc.britac.ac.uk/tfiles/154p069.pdf> (Acesso em 28/07/2015).

LINS, Beatriz Accioly. **A lei nas entrelinhas: A Lei Maria da Penha e o trabalho policial em duas Delegacias de Defesa da Mulher de São Paulo**. 2014. 174 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Antropologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

MILLER, D. & SLATER, D. “Etnografia on e off-line: cybercafés em Trinidad”. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 10, nº 21, jan/jun. 2004, pp.41-65.

MISKOLCI, Richard. “Novas conexões: notas teórico-metodológicas para pesquisas sobre o uso de mídias digitais”. **Cronos**, Revista da Pós-Graduação em Ciências Sociais, UFRN, Natal, vol. 12, nº 2, jul/dez, 2011, pp.9-22

PAASONEN, Susanna. “Labors of love: netporn, Web 2.0 and the meanings of amateurism”. **New Media & Society**, London, Sage Publications, vol. 12, nº 8, 2010, pp.1297–1312.

PELUCIO, Larissa et al. **No emaranhado da rede: gênero, sexualidade e mídia, desafios teóricos e metodológicos do presente**. São Paulo: Annablume, 2015.

PETROSILLO, Isabela Rangel. **Esse nu tem enderço: o caráter humilhante da nudez e da sexualidade feminina em duas escolas públicas**. 2016. Dissertação (Mestrado) - Curso de Antropologia Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

RAMOS, Jair S. “A sexualidade como campo de batalha na internet: grupos religiosos e movimentos feminista e LGBT na luta em torno dos direitos sexuais”. In: **Anais do 37º Encontro Anual da Anpocs**, Águas de Lindóia, 2013. Disponível em: <http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=8576&Itemid=429>. Acesso em 02 out. 2014.

RUBIN, Gayle: “Thinking Sex: Notes for a Radical Theory of the Politics of Sexuality”. In: VANCE, Carole S.(ed.). **Pleasure and Danger: exploring female sexuality**, Routledge & Kegan, Paul, 1985.

SÁEZ, Oscar Calavia. **Esse obscuro objeto da pesquisa: um manual de método, técnicas e teses em antropologia**. Florianópolis: Edição do Autor, 2013. v. 1. 229p.

SCOTT, Joan W. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v.20, nº2, pp. 71-99, 1995.

VALENTE, Mariana Giorgetti; NERIS, Natália.; BULGARELLI, Lucas. **Nem Revenge, Nem Porn. Analisando a exposição online de mulheres adolescentes no Brasil.** Global Information Society Watch: Sexual rights and the Internet, 2015. Disponível em: http://www.internetlab.org.br/wp-content/uploads/2015/11/NemRevengeNemPorn_Portugues.pdf (Acesso em 20/09/2016)